

Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas¹

Lena Lavinás, Marcelo Rubens do Amaral, Flávio Barros

Introdução

As mudanças que vêm ocorrendo no mercado de trabalho brasileiro desde finais da década de 80 comportam algumas novidades no que tange ao emprego feminino. Uma delas – e de longe a mais importante a destacar – é que, no quadro de flexibilização e desassalariamento em curso, as mulheres parecem tirar melhor partido do que os homens das poucas oportunidades de emprego que têm surgido. Isso se dá porque estão contornando de forma mais eficiente a deterioração das condições do mercado de trabalho trazidas pela maior precariedade e menor segurança em termos de proteção social.

De fato, entre 1985 e 1995, a taxa de crescimento do emprego feminino, computada pela PNAD, foi de 3,6% ao ano, contra 2,3% do emprego total.² Se decomposermos esses dez anos em dois períodos – 1985/90 e 1990/95, correspondendo a fases distintas de desempenho econômico no país, observamos que ainda assim as mulheres foram mais favorecidas que os homens à medida que escassearam as oportunidades de novos empregos. No primeiro período em questão, marcado por forte instabilidade econômica, tais taxas de crescimento eram respectivamente de 4,5% e 3,2% a.a. Na fase posterior, onde intensifica-se e torna-se mais abrangente o processo de reestruturação produtiva, agravando a recessão em alguns setores e reduzindo acentuadamente a criação de novos postos de trabalho, a taxa média de crescimento ao ano foi de 2,8% no caso do emprego feminino e de apenas 1,5% para o conjunto dos ocupados. Constata-se, assim, que a queda na taxa de crescimento da oferta de emprego registrada entre os dois períodos afetou negativamente muito mais os homens do que as mulheres. Isso se deu em razão da forte redução do emprego no setor industrial, afetando mais fortemente os homens.

Surpreendentemente, no entanto, assiste-se ao aumento das taxas de desemprego feminino que até finais da década passada acompanhavam as curvas

(1) Uma versão preliminar deste artigo foi inicialmente elaborada a pedido do PNUD, em 1998, para a construção de um IDH Brasil, aportando subsídios à questão das desigualdades de gênero no Brasil. Contou com a participação de Márcio Duarte, como programador. Esta versão, no entanto, é bem mais completa, pois estende a série de dados intertemporal ao período 1982-1998 e incorpora uma análise por componentes principais com variáveis explicativas outras que não estritamente aquelas relacionadas ao desemprego.

(2) Cf. Lavinás (1997: 41-68). Os dados supracitados, encontram-se na Tabela 2, citada à página 49, tendo como fonte a PNAD.

do desemprego masculino (variando entre 3 e 4% dos ativos, para os dois sexos), mas que nos anos mais recentes vêm demonstrando um certo descolamento e tendendo a aumentar mais rapidamente. Dados da PNAD de 1995 revelam que a taxa de desemprego urbano por sexo é bastante diferenciada: em torno de 6% para os homens e 8,5% para as mulheres.³

Se nos servirmos da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, identificaremos tendência semelhante: em 1991, a taxa média de desemprego masculina situava-se em 4,8%, quase idêntica, portanto, à feminina, então de 4,8%.⁴ Em 1996, o hiato entre ambas aumentou, em detrimento das mulheres: 5% para os homens, contra 6,% para aquelas. No período janeiro/setembro de 1997, esse *gap* mantém-se, com tais percentuais alcançando respectivamente 5,3 e 6,4%. Isso explica o aumento da representação feminina entre os desempregados de 38,9% em 1991 para 44,4% nos primeiros trimestres de 1997, superior, portanto, à sua presença na PEA da ordem de 40,1%, segundo a PME para o mesmo período.⁵

Resumidamente, os dados apontam um descolamento das taxas de desemprego entre os sexos, a falta de trabalho adquirindo magnitude maior para as mulheres nos anos recentes. A hipótese aventada para explicar esses fatos aparentemente contraditórios é que parte do desemprego feminino estaria sendo gerada pela concorrência dos homens em setores tradicionalmente abertos às mulheres. No âmbito deste artigo, vamos tentar responder a algumas questões que se colocam em face deste paradoxo. Por que tem aumentado mais rapidamente o desemprego feminino? Em que setores isso acontece? Qual a relação com a dinâmica recente da economia brasileira? Os homens estariam disputando espaço com as mulheres em ramos e ocupações fortemente feminizados e mais flexíveis? O desemprego afeta também mulheres altamente escolarizadas?

1. Crescimento econômico e sazonalidade

Inicialmente, cabe averiguar como evoluiu o desemprego ao longo dessas duas décadas de profundas transformações produtivas e das formas de regulação do mercado de trabalho. Para isso, vamos considerar alguns dados mensais extraídos da PME para o conjunto das seis regiões metropolitanas⁶ nos últimos 16

(3) Ver Lavinias (1997: 58). Atenção: talvez a grandeza das taxas no período em questão explique-se parcialmente em razão de mudanças na forma de captação da pergunta sobre desemprego, através do questionário. Mas mesmo outras fontes estatísticas apontam a mesma tendência, como é o caso da PME.

(4) Dados publicados pelo Boletim do Mercado de Trabalho (1997).

(5) Esses dados contemplam toda a população ocupada levantada na amostra da PME, com idade acima de 15 anos.

(6) Este total, denominado média Brasil, pois agrega as seis RM levantadas pela PME, não expressa apenas a amostra, mas sofreu um ajuste para expansão ponderada desta, com base nas médias calculadas para as mesmas RM, através das PNADs.

anos – nível de ocupação, taxa de participação, taxa de desemprego (todos desagregados por setor e nível de escolaridade), e vamos correlacioná-los com dados de crescimento econômico (PIB).

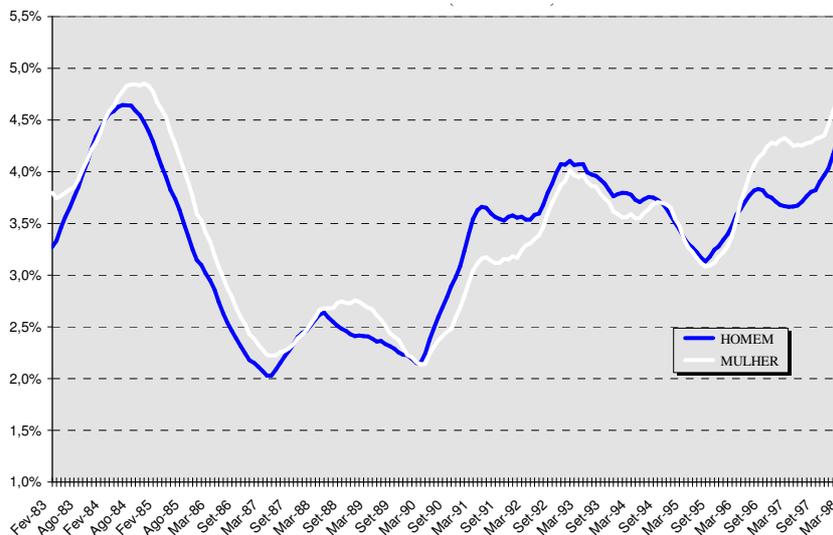
Como se pode constatar no Gráfico 1,⁷ até o início dos anos 90, a taxa de desemprego feminino⁸ situava-se ligeiramente acima da taxa de desemprego masculino, numa ordem de grandeza bastante semelhante e apresentava um comportamento dinâmico idêntico. São curvas quase superpostas. De 1990 em diante, no entanto, a taxa de desemprego masculino ultrapassa a feminina, embora ambas mantenham tendências similares no ciclo econômico. Essa mudança favorece as mulheres, na medida em que registram uma taxa de desemprego menor. No início de 1996, assiste-se, todavia, a outra mudança importante de padrão: a taxa de desemprego das mulheres não só volta a ultrapassar a dos homens, descolando-se dela, mas passa a descrever ao longo desse ano uma trajetória ascendente, enquanto a taxa masculina é decrescente. Já no final de 1997, observa-se o recrudescimento do desemprego de ambos os sexos, mas com uma ênfase maior no masculino, pois sua taxa cresce numa progressão mais rápida do que aquela observada para as mulheres.

Ainda assim, as mulheres mantêm supremacia na taxa de desemprego, ainda que ambas estejam novamente emparelhadas (Gráfico 1A). Como evidencia o Gráfico 1, as médias móveis da taxa de desemprego feminino situam-se em meados de 1998 em patamar idêntico ao registrado em 1982/83, fase de maior recessão econômica das últimas décadas. A diferença hoje em relação àquela época é que o nível de renda é inferior, acusando, além disso, ligeira tendência de queda. Portanto, observa-se um quadro mais sombrio em fins de 1998 do que em 1982/83. Resumidamente, podemos caracterizar os primeiros anos da década de 80 como de combinação de nível renda e taxa de desemprego altos, enquanto 1998 combina renda mediana e desemprego atingindo picos antes desconhecidos nos mercados de trabalho metropolitanos.

(7) Calculamos as médias móveis (12 meses) das taxas de desemprego para eliminar a sazonalidade presente nas taxas comumente apresentadas. Optamos por um corte na faixa etária da população ocupada, tomando exclusivamente os 25-65 anos. Nossa intenção é minimizar o peso das taxas de desemprego mais elevadas presentes nos cortes mais jovens, excluir a população mais velha que deveria estar inativa mas ainda trabalha e focalizar nossa análise na população que, em teoria, já teria concluído seu período de aprendizagem profissional e/ou formação escolar, estando plenamente disponível para ingressar no mercado de trabalho e disputar boas colocações.

(8) Voltamos a sublinhar que estamos considerando apenas a população ativa adulta na faixa 25-65 anos, de modo a não computar o desemprego jovem, mais elevado e que poderia, portanto, distorcer o quadro que se pretende descrever.

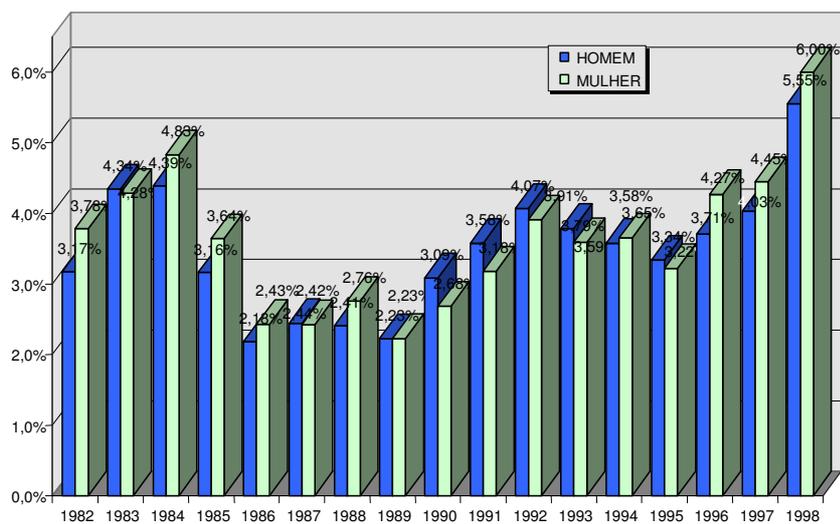
Gráfico 1
Evolução da taxa de desemprego por gênero –
Médias móveis (25-65 anos)



Nota: Os dados de desemprego são médias móveis (12 meses) incluindo dados até abril de 1998. Faixa etária de 25 – 65 anos.

Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas) – Elaboração IPEA/DIPES.

Gráfico 1A
Taxa de desemprego anual no Brasil (25-65 anos)

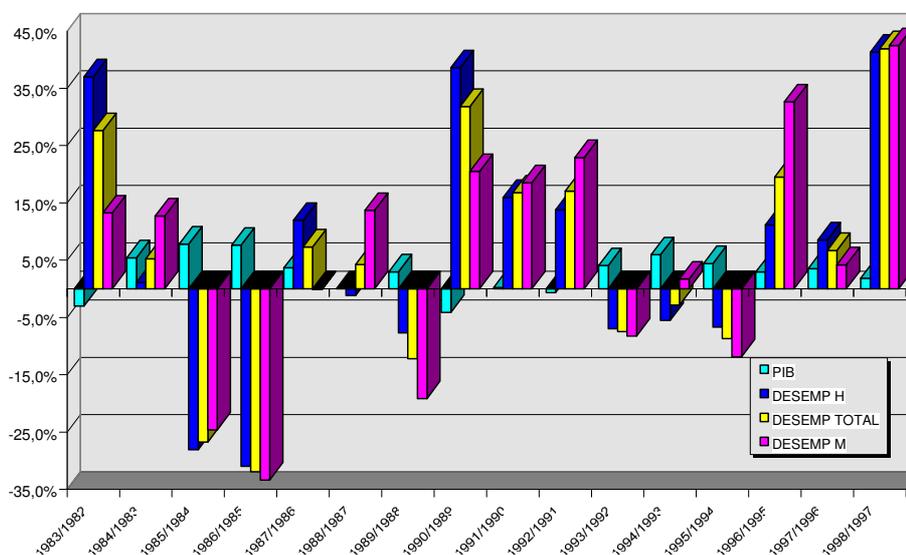


Nota: Os dados de desemprego são médias anuais. Faixa etária de 25-65 anos. 1998 refere-se só até junho.

Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas) – Elaboração IPEA/DIPES.

O Gráfico 1A resume as taxas médias anuais de desemprego por sexo nas regiões metropolitanas e mostra que neste último ano de 1998 o desemprego metropolitano alcançou 5,5% para os homens e 6% para as mulheres, níveis jamais observados no período em questão ou mesmo na década de 70.

Gráfico 2
Variação do PIB real e da taxa de desemprego – Homem e mulher (25-65 anos)



Nota: O PIB até 1997 é o observado e o de 1998 é uma previsão do IPEA; a taxa de desemprego é dessazonalizada referente ao 1º trimestre de 1998.

Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas) – Elaboração IPEA/DIPES.

O Gráfico 2 – que compara a variação da taxa de desemprego por sexo com o crescimento do PIB – sugere alguns comentários:

i) nas duas fases nitidamente recessivas de 1982/83 e de 1989/90, onde o crescimento do PIB é negativo, o incremento do desemprego afetou mais fortemente os homens do que as mulheres. A variação da taxa de desemprego masculina ultrapassa 35%, enquanto a feminina gira em torno de 15%. A mesma diferença se verifica, embora com menor intensidade, em 1987/88 quando, após dois anos de recuperação econômica, há desaceleração da economia.

ii) os anos 90 sinalizam mudanças não desprezíveis no padrão vigente até então. Nesta década a variância da taxa de desemprego é maior do que nas anteriores. Além disso, as mulheres parecem mais sensíveis às oscilações da atividade econômica. A lenta retomada dos primeiros anos da década vis-à-vis 1989/90, quando o crescimento é quase nulo, mostra que a taxa de desemprego feminino varia proporcionalmente mais que do masculino. Mesmo um pequeno

aumento na taxa de crescimento do PIB em 1993/94 não parece refletir favoravelmente sobre o desemprego feminino.

iii) conforme explicitado no Gráfico 1, 1996 foi um ano particularmente difícil para as mulheres pois, à diferença do que se verificava anteriormente, a taxa de desemprego feminino aumentou em 35%, embora a taxa de crescimento do PIB, ainda que em declínio, tenha sido da ordem de 3% ao ano. Os homens aparentemente se saíram melhor nessa desaceleração econômica.

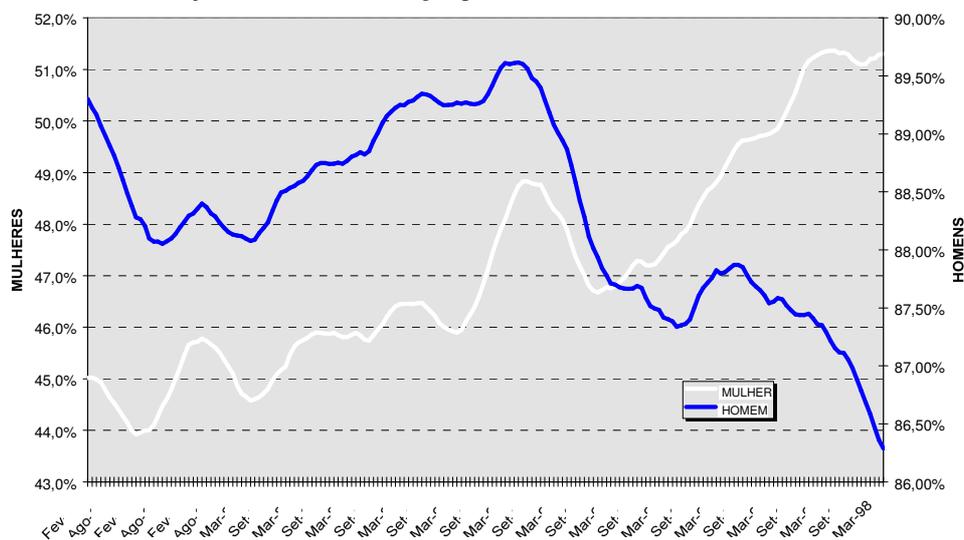
iv) os três anos anteriores – 1992 a 1995 –, caracterizam-se por uma queda da taxa de desemprego e aumento do PIB. Conclui-se, portanto, que anos em que se verifica crescimento negativo da economia (1991/92) traduzem forte aumento nas taxas de desemprego metropolitanas (sejam elas femininas ou masculinas) e anos de variação positiva, ainda que tímida, indicam queda da taxa de desemprego, refletindo correlação negativa entre PIB e taxa de desemprego. Resta saber se tal correlação tem a mesma significância para homens e mulheres.

2. Participação no mercado de trabalho

Um dos elementos que poderiam contribuir para explicar o aumento das taxas de desemprego feminino na intensidade observada mais recentemente diz respeito à dinâmica de ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Ao contrário dos homens, que apresentam taxa de atividade⁹ elevada, as mulheres em idade de trabalhar ainda são numerosas fora da PEA: pelos dados do Gráfico 3, apenas uma em cada duas mulheres trabalha ou procura emprego nas áreas metropolitanas (na faixa etária 25-65 anos) em 1998. Já na população masculina, esta taxa é muito superior (86%). Porém, como indica o mesmo gráfico (com dois eixos de leitura distintos), houve na década de 90 mudanças significativas no perfil da atividade por gênero, em particular para os homens. Há sinais invertidos em termos de tendência para ambos os sexos, o que não acontecia antes. Enquanto para eles há uma inflexão clara na tendência daquela taxa, que sofre ligeira queda a partir de 1990, para as mulheres, de 1992 em diante, o comportamento é oposto, já que sua taxa de atividade eleva-se. Evidentemente, o ritmo dessas mudanças é lento, apesar da tendência ser clara. A taxa de atividade masculina cai de 89% em 1983 para 86,5% em 1998, enquanto que a feminina passa de 45 para 52% no mesmo período (ponta a ponta). A leitura do gráfico com dois eixos distintos, em escala ampliada, não deve nos levar a incorrer em erros de interpretação.

(9) Chamamos de taxa de atividade a proporção de ocupados e desempregados sobre a população em idade ativa, em outras palavras PEA/PIA.

Gráfico 3
Evolução da taxa de atividade por gênero – Médias móveis (25-65 anos)



Nota: Os dados de atividade são médias móveis (12 meses) incluindo dados até abril de 1998.

Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas) – Elaboração IPEA/DIPES.

Outros aspectos interessantes a destacar são a tendência de crescimento linear da taxa de atividade feminina ao longo do período e o fato de, até início dos anos 90, homens e mulheres registrarem comportamento idêntico de redução da taxa de atividade por ocasião das fases recessivas. Esse padrão uniforme é rompido em 1992, evidenciando-se um comportamento sexuado desde então, mais indiferente à conjuntura econômica.

Com vistas a estabelecer o grau de correlação entre as três variáveis utilizadas, estimamos uma regressão, tomando a taxa de desemprego como variável dependente e as outras como variáveis independentes. Identificamos que a variável que denota maior poder explicativo em relação à variação da taxa de desemprego é a taxa de atividade e não o PIB (cujas correlações são negativas, mas de fraca significância). O valor mais alto daquele coeficiente para os homens (8,1) do que para as mulheres (2,3) vem confirmar que eles são os mais afetados por essa dinâmica. Isso significa que o declínio da taxa de atividade masculina pode ser significativo na indução da queda da taxa de desemprego dos homens, o que não ocorre para as mulheres.

Essa constatação sugere, por exemplo, que no período 1993/94 em que houve crescimento positivo do PIB, a queda da taxa de desemprego feminino foi pequena (se comparada aos dois períodos imediatamente anterior e posterior) provavelmente como decorrência de um incremento importante de mulheres na PEA naquele ano. Essa afirmação pode ser verificada através da leitura do Gráfico

3. Assim, ao contrário da tendência observada para os homens, que verificam declínio da taxa de desemprego entre 1992 e 1995 (fase de maior variação positiva do PIB no período em análise), as mulheres não mostram tendência, ocorrendo uma oscilação irregular da taxa de desemprego.¹⁰ A hipótese que se coloca é a de que, mesmo havendo expansão da atividade econômica, ela atualmente pode não ser suficiente para represar a expansão do desemprego feminino, já que o número de mulheres que regularmente ingressam no mercado de trabalho é crescente e considerável (tendência).

Mas seria apenas isso?

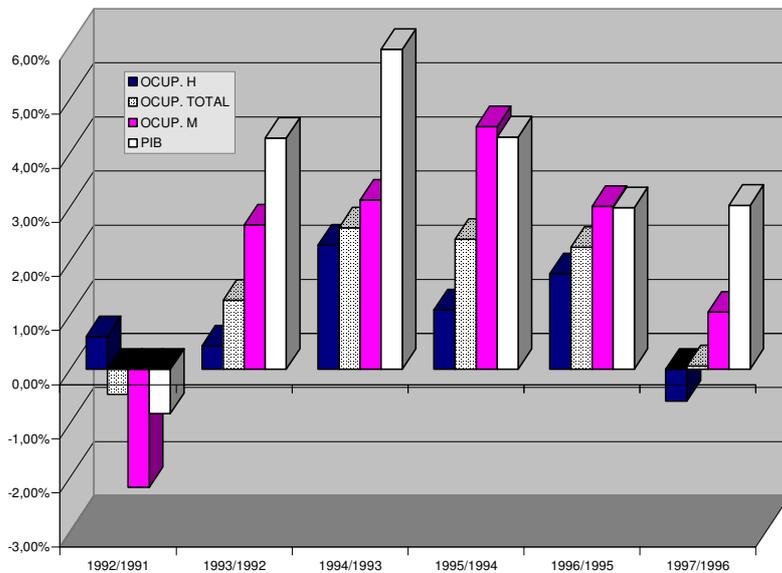
Como tem variado o nível de ocupação feminina? Infelizmente não dispomos de dados desagregados por sexo acerca do nível de ocupação para toda a série, o que nos obriga a limitarmo-nos ao período posterior a 1990.

Essa pergunta é oportuna já que, possivelmente, o nível de emprego estaria mais correlacionado com o PIB do que com a taxa de desemprego. Estimase que o PIB tenha crescido em média algo em torno de 3% ao ano no biênio 1996/97, tal como ocorreu em 1995/96. Só que naquele período (1995/96), nos diz o Gráfico 4, o emprego feminino estendeu-se na mesma proporção do PIB, exatamente como acontecera no biênio anterior (1994/95), acompanhando de perto a dinâmica da economia. Isso parece ter mudado na fase mais recente, 1996/97, quando o ritmo de expansão econômica não arrefece, mas isso não impede a queda do nível do emprego dos homens nem das mulheres. Isso estaria sinalizando um *tournant*: geração de novos empregos ou manutenção do patamar de oferta atual só seriam possíveis com taxas mais altas de crescimento econômico. Ora, pelo menos em 1998, tal perspectiva parece descartada, já que as previsões são pouco alvissareiras (expectativa de crescimento do PIB em torno de zero). Devem-se, assim, investigar os possíveis rebatimentos desse *tournant* sobre o emprego feminino, pois isso talvez minimize as vantagens adquiridas até agora pelas mulheres na obtenção de mais postos de trabalho ante os homens.

Vários estudos têm também atestado a característica sazonal das séries de desemprego que, como indica o Gráfico 5, tem um padrão sazonal na variação da taxa de desemprego distinto para homens e mulheres. Os coeficientes sazonais da variação na taxa de desemprego estimados por gênero tendem a crescer no primeiro trimestre de cada ano e a decrescer no último. Esse padrão segue a lógica de que a oferta de emprego aumenta no final do segundo semestre para poder atender à expansão da demanda de fim de ano, sofrendo no semestre seguinte uma redução da sua oferta.

(10) Ela sofre variação negativa menor entre 1993 e 1994 porque neste intervalo de tempo registra-se aumento expressivo do contingente feminino na PEA.

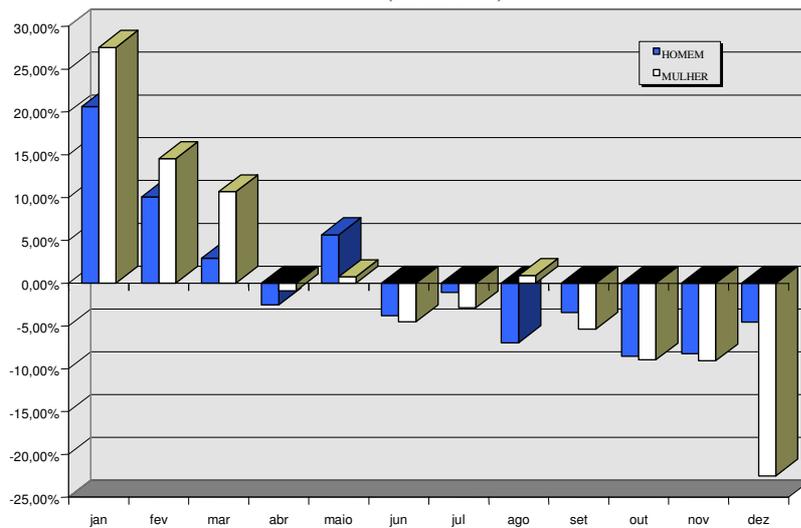
Gráfico 4
Taxa de variação do PIB real e do nível de ocupação por gênero



Nota: A faixa etária do nível de ocupação utilizada para o cálculo da taxa de variação é de 15 até 65 anos.

Fonte: Ocupados (PME/IBGE), estimativa do PIB de 1997 (apud Tourinho – IPEA/DIPES) – Elaboração IPEA/DIPES).

Gráfico 5
Padrão sazonal da variação na taxa de desemprego por gênero nas regiões metropolitanas (25-65 anos)



Nota: Faixa etária de 25-65 anos.

Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas) – Elaboração IPEA/DIPES.

Observa-se também que as variações sazonais afetam mais fortemente a taxa de desemprego feminino do que a masculina. Isso pode ser visto de forma mais nítida nos meses de outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março, onde as taxas de desemprego sofrem as maiores variações sazonais. Em outras palavras, quando se expande o emprego temporário e sazonal – freqüente, por exemplo, no comércio no final de ano –, o desemprego feminino sofre redução mais acentuada que o masculino e as mulheres beneficiam-se assim mais do que os homens. Porém, quando essa oferta sazonal de emprego se retrai, logo nos primeiros meses do ano, as mulheres são as mais afetadas e sua taxa de desemprego sobe rapidamente e cai, em seguida, mais lentamente. Essa característica mais volátil do emprego feminino permite-nos inferir que as mulheres estão mais sujeitas aos postos de trabalho temporários e menos estáveis que os homens, sendo, portanto, mais sensíveis à demanda por mão-de-obra sazonal. São, portanto, mais sujeitas ao emprego precário.

Para esclarecer melhor a relação entre taxa de desemprego e PIB, introduzimos uma análise por componentes principais (ACP), tomando como variáveis dados relativos à renda, taxa de atividade e taxa de desemprego, por nível educacional e por sexo, cruzando-os com a variação do PIB, de modo a correlacionar indicadores de mercado de trabalho com a dinâmica econômica, para captar diferenças de gênero. Os resultados dessa análise por componentes principais¹¹ aparecem nas Figuras 1 e 2.

O primeiro plano fatorial para este conjunto de características acerca da evolução do mercado de trabalho metropolitano (Figura 1) apresenta um percentual discreto de explicação da variação dos dados (73,95%). Aqui, o Fator 1 capta primordialmente as variações nas taxas de desemprego (D), enquanto que o Fator 2 distingue as variações nos rendimentos (Y).¹²

(11) A Análise por Componentes Principais (ACP) aplica-se a um conjunto de variáveis para explorar as semelhanças e diferenças entre os indivíduos, descrevendo a estrutura de correlações entre estas variáveis. Isto permite que se estabeleça uma tipologia de indivíduos e variáveis, através de instrumentos analógicos e digitais. A premissa básica da técnica é a extração de fatores (componentes principais). Apesar de ser uma técnica onde os fundamentos matemáticos são complexos, sua interpretação é bastante simples: as variáveis são representadas por vetores, e quanto maior o seu tamanho, melhor explicadas estarão as variáveis naquele plano fatorial. O ângulo entre as variáveis é um indicativo da correlação entre elas (ângulos próximos de 0° indicam correlações positivas elevadas; ângulos próximos de 90° indicam ausência de correlação; e ângulos próximos de 180° indicam correlações negativas elevadas). Caso esse plano fatorial (as duas primeiras componentes principais) tenha baixo grau explicativo para o conjunto das variáveis e indivíduos selecionados, então deve-se partir para planos fatoriais subsequentes.

(12) Para interpretar os resultados deste plano fatorial, cabe registrar que ATIV diz respeito à taxa de atividade, Y aos rendimentos e D às taxas de desemprego. As letras TOT significam total. São seguidas por um H (homem) ou por um M (mulher). Quando, porém, são sucedidos por algarismos 1, 2 e 3, isto significa que referem-se à escolaridade: 1-I – 1º grau incompleto; 1 – 1º grau completo; 2 – 2º grau completo e 3 – 3º grau completo. Ilustrando algumas das variáveis, temos, por exemplo, YTOTH => rendimentos totais dos homens; ATIVM => taxa de atividade total das mulheres; DTOT1M => taxa de desemprego das mulheres com 1º grau incompleto; DTOT2CH => taxa de desemprego dos homens com 2º grau completo; DTOT3CM => taxa de desemprego das mulheres com 3º grau completo etc. YTOT é a renda total de ambos os sexos; YTOTM diz respeito à renda total feminina e YTOTH à renda total masculina.

Figura 1
 Primeiro plano fatorial para os dados de renda (Y), PIB, taxa de atividade (ATIV) e taxa de desemprego (DTOT) por gênero (H/M) e nível de escolaridade (1GI/1GC/2GC/3GC)

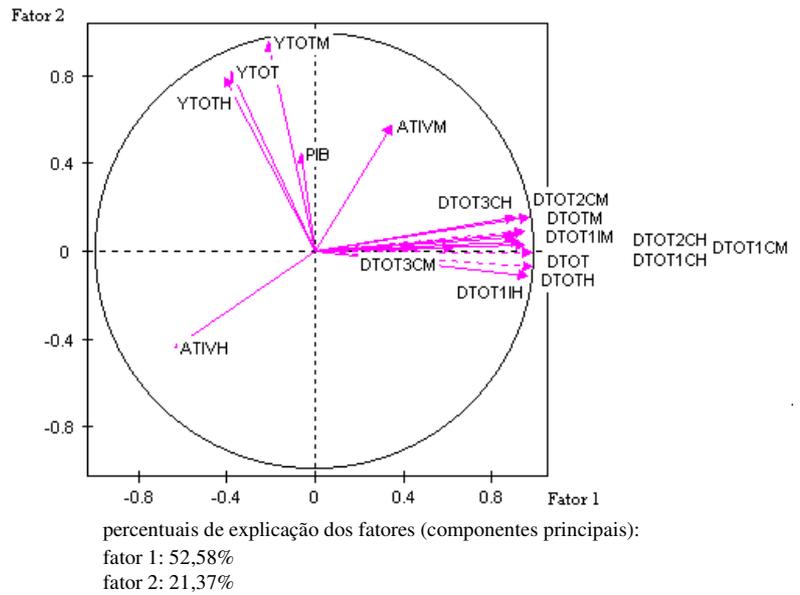
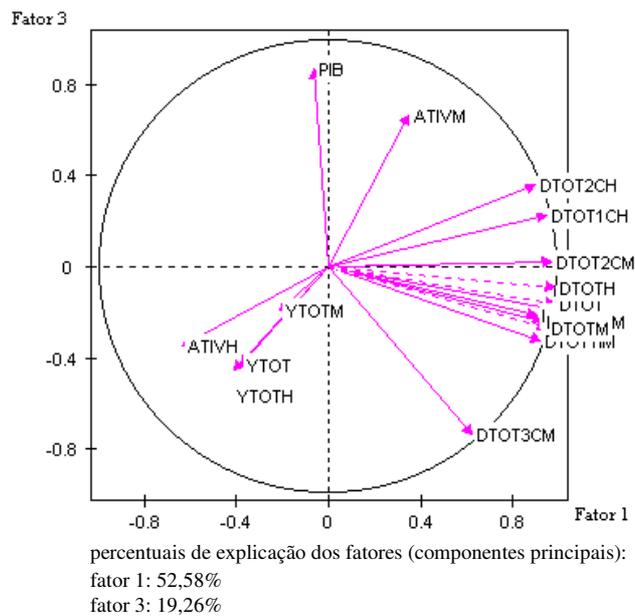


Figura 2
 Segundo plano fatorial para os dados de renda (Y), PIB, taxa de atividade (ATIV) e taxa de desemprego (DTOT) por gênero (H/M) e nível de escolaridade (1GI/1GC/2GC/3GC)



Dois vetores chamam a atenção por se situarem no primeiro e no quarto quadrantes: a taxa de atividade feminina (ATIVM) tem correlação positiva e relativamente fraca com os dois fatores, enquanto a taxa de atividade masculina (ATIVH) tem correlação negativa com eles. Em consequência, têm uma e outra forte correlação negativa que evidencia uma dinâmica de concorrência na participação de homens e mulheres nos mercados de trabalho das áreas metropolitanas: a um aumento da taxa de atividade feminina corresponde um decréscimo da taxa de atividade masculina. Essa constatação vem corroborar as observações feitas por ocasião da leitura do Gráfico 3.

Dada a pouca representatividade do PIB no primeiro plano observado (Fatorial 1), em razão do pequeno tamanho do vetor representado, torna-se necessário observar o plano fatorial seguinte, que considera a terceira maior fonte de dispersão dos dados, que exclui o Fator 2, considerando em seu lugar o Fator 3. Isso é feito na Figura 2.

Neste segundo plano fatorial, obtém-se uma melhor representação do PIB (vetor mais longo) embora os rendimentos do trabalho não estejam tão bem representados (vetores menores) quanto no primeiro plano. Isto comprova que a evolução da renda e do PIB são complementares na análise dos dados de desemprego, pois cada uma dessas variáveis traz uma contribuição específica à interpretação de como evolui o desemprego.

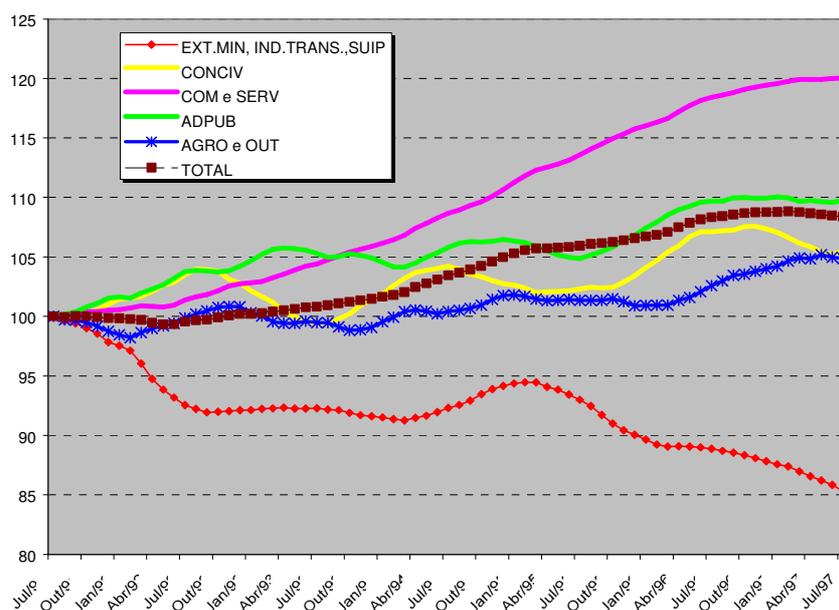
A principal novidade na análise deste plano reside no fato de as flutuações do PIB terem impactos diferenciados sobre as diversas taxas de desemprego, por gênero e por grau de escolaridade. Isto permite retomar uma suspeita enunciada quando da leitura dos Gráficos 2 e 4, qual seja a de que o desemprego feminino parece mais dependente da dinâmica econômica do que o masculino. O subgrupo que se mostra mais sensível aos movimentos de expansão/retração da conjuntura econômica é, de fato, o das mulheres. O impacto sobre elas é sempre mais intenso do que sobre os homens. Isso é particularmente evidente no caso das mulheres com nível universitário, cujo grau de correlação negativa com o PIB é o mais alto, mostrando maior sensibilidade à sua variação. Assim, a taxa de desemprego das mulheres ocupadas com alto nível de instrução é a mais fortemente afetada, tanto nas fases recessivas quanto nos períodos de crescimento da atividade econômica.

Essa constatação coloca, portanto, desafios importantes para se pensar a virada 1998/99 da economia brasileira, cujas perspectivas mostram-se nada promissoras. Será que o diploma universitário pode não ser um instrumento de proteção às mulheres no mercado de trabalho tão eficaz em tempos de crise quanto se poderia esperar, dadas as conclusões do Gráfico 10 (menor taxa de desemprego, 2º grau de escolaridade, taxa aliás quase constante)? Ou seja, arma favorável às mulheres em períodos de crescimento – pouco ou moderado –, mas de baixa utilidade quando vem a recessão?

3. Desemprego setorial

Sabemos¹³ que desde o início da década de 90 tem diminuído consideravelmente o emprego industrial. Fala-se na supressão de mais de um milhão de postos de trabalho nesse setor entre 1990 e 1998. Muito embora as mulheres dominem em número alguns ramos da indústria de transformação, como o têxtil e confecções, o emprego industrial é majoritariamente seara masculina (75% – PNAD de 1996). Além disso, cabe assinalar que a participação percentual das mulheres na indústria pouco variou ao longo desta década. Portanto, a supressão dos postos de trabalho tão importante nesse setor não teria afetado em particular mais este sexo do que aquele, mas atingido igualmente ambos em termos relativos (uma vez que o peso da mão-de-obra masculina nesse setor é muito maior em termos absolutos).

Gráfico 6
Evolução do nível de ocupação por setores agregados (médias móveis)



Nota: A faixa etária do nível de ocupação utilizado para o cálculo da taxa de variação é de 15 até 65 anos. Dados são médias móveis de janeiro de 1991 até dezembro de 1997.

Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas) – Elaboração IPEA/DIPES.

(13) Sabemos também que nos anos 90 aumentou sensivelmente a produtividade no setor industrial, provocando elevação dos salários, provavelmente como decorrência do corte de empregados menos qualificados, na base inferior da hierarquia funcional, e a crescente polivalência daqueles com maior experiência e qualificação, capazes de responder às inovações tecnológicas que se espraiam velozmente por todo o setor. Em outro artigo, constatamos que, surpreendentemente, o aumento dos níveis de rendimento observado na indústria beneficiou notadamente as mulheres, sugerindo que estaria havendo mudanças no tipo de atividade feminina tradicionalmente exercida nesse setor, com as mulheres detendo novas funções mais qualificadas e estratégicas, saindo dos guetos ocupacionais mais tradicionais (têxtil e confecções).

O Gráfico 6 dá uma idéia de como evoluiu o nível de emprego¹⁴ metropolitano por setor de atividade. De fato, observa-se uma redução constante do volume do emprego industrial.¹⁵ A única expansão relevante se dá – e numa proporção que faz mais que compensar as perdas na indústria – no comércio e nos serviços (algo como 20% a mais de postos de trabalho em 6 anos). Porém, como mostra o mesmo gráfico, desde finais de 1996 a desaceleração é nítida, o que se reflete no nível de ocupação como um todo, que já não cresce ao longo de 1997.

A Tabela 1, que mostra a taxa de crescimento anual do nível de ocupação para os períodos anterior e posterior ao Real, confirma que na fase pós-Real (meados de 1994 a meados de 1996) as mulheres foram as mais beneficiadas pelo incremento do número dos postos de trabalho (da ordem de 3% a.a., contra 1,3% a.a. para os homens). Aliás, essa foi a tônica de todo o período, com taxas de crescimento do nível de ocupação feminino da ordem de 2,8% ao ano, superior à total. Demonstra ainda que, no último ano, o nível de ocupação mantém-se quase estagnado, num patamar muito próximo ao verificado para os homens, apresentando comportamento bastante semelhante ao deles. Ora, posto que o peso das mulheres sempre foi e continua sendo importante no comércio e nos serviços – aproximadamente 55% no agregado –, e que estes setores parecem ter atingido, no ano passado, um certo teto do ponto de vista da expansão da oferta de emprego, fica implícito que tais conseqüências sobre a ocupação feminina podem ser graves, promovendo um aumento ainda mais expressivo do desemprego entre as mulheres.

Tabela 1
Nível de ocupação – taxa de crescimento ano a ano (12 meses)

Período	H (%)	M (%)	Total (%)
Jul./1991 – Jul./1994	0,85	1,34	1,04
Ago./1994 – Jul./1997	0,97	2,72	1,66
Ago./1994 – Jul./1996	1,28	3,03	1,96
Ago./1996 – Jul./1997	-0,66	0,78	-0,99
Jul./1991 – Jul./1997	1,23	2,80	1,84

Nota. Os dados de renda são médias anuais. Faixa etária 25-65 anos – Elaboração: IPEA/DIPES
Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas).

Isso pode ser esclarecido com o auxílio dos Gráficos 7, 8 e 9 relativos à evolução da taxa de desemprego setorial. Eles indicam que:

a) a taxa de desemprego feminino no comércio (Gráfico 7) tem sido sistematicamente superior à masculina, embora as curvas tenham comportamento idêntico até meados de 1996, quando os sinais da inclinação da sua tendência se invertem: enquanto cai a taxa de desemprego para os homens, cresce a das mulheres. Em 1997, entretanto, inverte-se novamente a trajetória das curvas, com

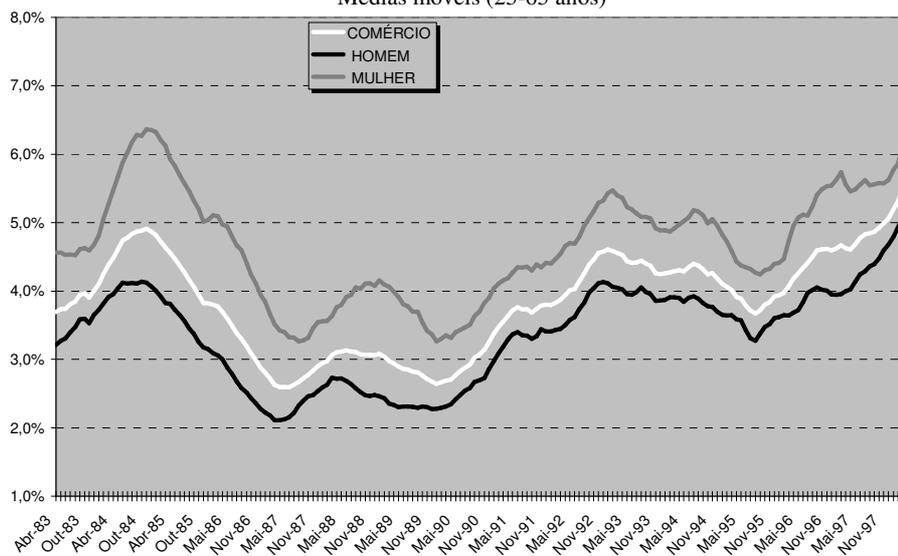
(14) Novamente somos obrigados a restringir a série ao período 1990/97, pelas razões já evocadas.

(15) Agregando outros dois ramos: extração mineral e serviços industriais de utilidade pública.

a variação da taxa de desemprego impactando mais negativamente os homens. O diferencial de gênero é, portanto, uma questão sobretudo de grandeza, tendendo à convergência.

b) já no setor de serviços, é surpreendente constatar a convergência nas taxas de desemprego entre os sexos, nas pontas do Gráfico 8, isto é, na recessão do início dos 80 e na fase recessiva atual (meados de 1998). Ela ocorre, entretanto, em detrimento do emprego das mulheres. Ou seja, nessas duas fases, há uma nítida degradação das oportunidades de emprego para as mulheres no setor que, por ser inclusive bastante heterogêneo, sempre absorveu grande parte da demanda feminina por trabalho. Não por acaso, ao longo de todo o período registra-se uma taxa de desemprego setorial feminina inferior à masculina. Essa rápida progressão da taxa de desemprego das mulheres nos serviços tem lugar de forma marcante no primeiro semestre de 1996 e alcança patamar superior ao da recessão de 1991/92, tendendo para o patamar de 1982, o mais crítico. Isso poderia indicar que a concorrência entre os sexos por emprego neste setor tem aumentado – e que isso sói acontecer em fases fortemente recessivas –, reduzindo um leque de oportunidades que já foi mais aberto ao ingresso da força de trabalho feminina. Dada a falta de oportunidades para trabalhar em outros setores, onde a mixidade é ainda menor, é para os serviços que continuam se dirigindo a oferta de mão-de-obra feminina e, por falta de opção, também os homens.

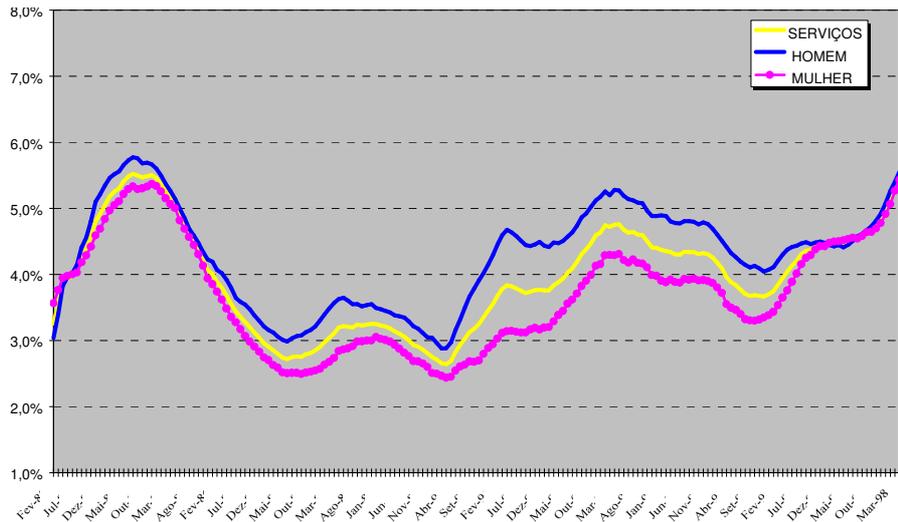
Gráfico 7
Evolução da taxa de desemprego por gênero no setor comércio –
Médias móveis (25-65 anos)



Nota: Os dados de desemprego são médias móveis (12 meses) incluindo dados até abril de 1998. Faixa etária de 25 65 anos.

Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas).

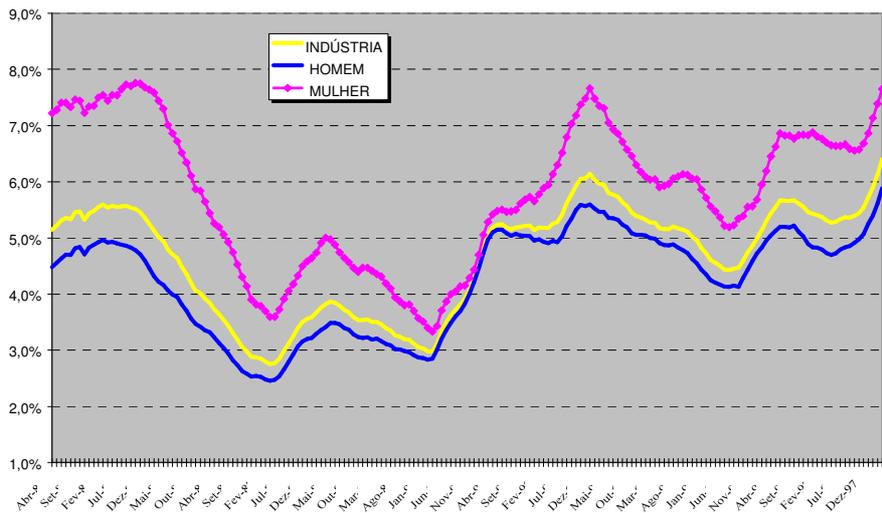
Gráfico 8
Evolução da taxa de desemprego por gênero no setor serviços –
Médias móveis (25-65 anos)



Nota: Os dados de desemprego são médias móveis (12 meses) incluindo dados até abril de 1998. Faixa etária de 25 – 65 anos.

Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas) – Elaboração IPEA/DIPES.

Gráfico 9
Evolução da taxa de desemprego por gênero no setor indústria –
Médias móveis (25-65 anos)



Nota: Os dados de desemprego são médias móveis (12 meses) incluindo dados até abril de 1998. Faixa etária de 25 – 65 anos.

Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas) – Elaboração IPEA/DIPES.

c) a análise do Gráfico 9 indica, sem surpresas, que na indústria verificam-se as taxas de desemprego mais altas que nos demais setores para ambos os sexos, sendo essa também a mais elevada taxa setorial de desemprego feminino. Cabe registrar quão uniforme é aqui o comportamento da taxa de desemprego para ambos os sexos.

De forma a corroborar as hipóteses aventadas no item b) para explicar o aumento da taxa de desemprego feminino no setor de serviços, montamos a Tabela 2, que apresenta a taxa de crescimento anual do nível de ocupação por setor. Novamente tivemos que nos contentar com uma análise mais restrita no tempo, devido a limitações nos dados, mas não menos elucidativa. Constatamos, assim, que na fase pré-Real aumentaram mais rapidamente as chances de obtenção de emprego para os homens neste setor (taxa de crescimento ao ano do nível de ocupação de 3,8% contra 2,1% para as mulheres), anulando-se tal vantagem posteriormente já que as taxas tornam-se praticamente idênticas por sexo. Logo, ao contrário do que se verifica nos dois outros setores (comércio e indústria), onde o nível de ocupação feminina amplia-se mais intensamente que o da masculina em todos os períodos, no de serviços revela-se um aspecto novo: ele contemplou de forma equânime ambos os sexos, o que significa dizer que foi menos aberto ao ingresso das mulheres, do que se poderia esperar. Isso pode significar que o aumento da concorrência por postos de trabalho entre homens e mulheres no setor de serviços estaria incrementando a taxa de desemprego feminino num setor tradicionalmente generoso com o chamado “segundo sexo”.

Tabela 2
Nível de ocupação por setor – taxa de crescimento ano a ano (12 meses)
(25-65 anos)

Período	Setores	Homem (%)	Mulher (%)	Total (%)
Jul./1991 – Jul./1994	Comércio	1,89	2,03	1,94
	Serviços	3,84	2,13	2,93
	Indústria	-2,07	-0,47	-1,67
Ago./1994 – Jul./1997	Comércio	1,05	3,45	1,97
	Serviços	3,85	3,74	3,79
	Indústria	-3,32	-0,79	-2,65
Ago./1994 – Jul./1996	Comércio	1,96	3,44	2,53
	Serviços	4,31	4,67	4,50
	Indústria	-3,45	-1,44	-2,92
Ago./1996 – Jul./1997	Comércio	0,12	2,26	0,96
	Serviços	1,60	1,53	1,56
	Indústria	-3,35	-3,89	-3,50
Jul./1991 – Jul./1997	Comércio	1,81	4,11	2,68
	Serviços	3,78	3,75	3,76
	Indústria	-1,80	0,97	-1,09

Nota: Os dados de renda são médias anuais. Faixa etária 25-65 anos.

Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas) – Elaboração: IPEA/DIPES.

Para testar tal hipótese, resolvemos desagregar o setor de serviços nas subatividades que o compõem. Verificamos, sem grande novidade, que o grau de mixidade intra-atividade é, via de regra, baixo, havendo sempre forte polarização de um sexo. Assim, em ramos como serviços produtivos às empresas, serviços auxiliares, serviços industriais de utilidade pública, transportes, comunicações em geral, outros serviços sociais e serviços de reparação, mais de 70% dos ocupados são homens, tendência essa prevaemente, quase que invariavelmente, ao longo de todo o período analisado (1982/98). Os ramos onde dominam majoritariamente as mulheres (mais de 70%) são: outros serviços de saúde e ensino (no setor privado), administração pública nas áreas de saúde e ensino e os serviços pessoais. Esse perfil de gênero manteve-se praticamente inalterado nesta década, tendo lugar, entretanto, uma dinâmica de dessegregação por sexo bastante forte no ramo “serviços pessoais”, como indica a Tabela 3.

Tabela 3
Proporção dos ocupados por gênero na atividade serviços pessoais
(25 a 65 anos)

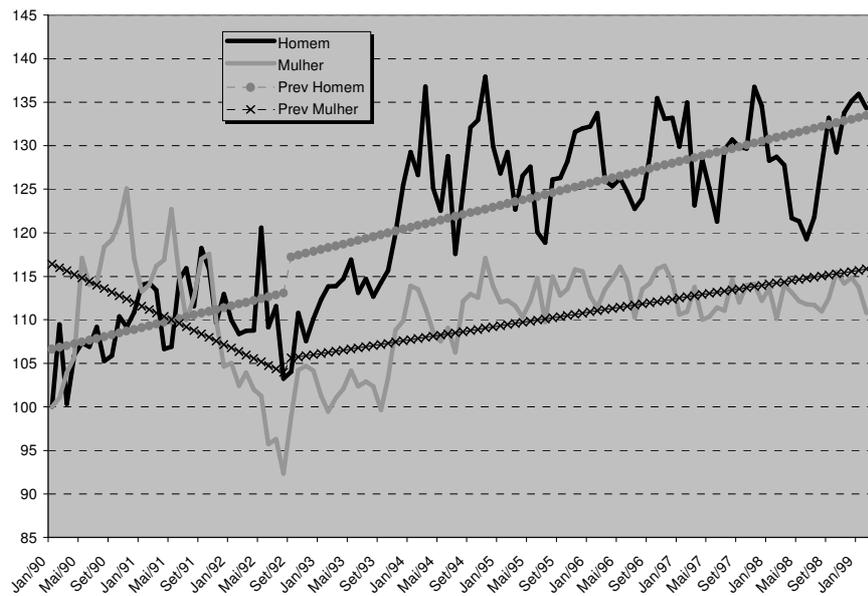
Ano	Serviços pessoais			Serviços pessoais (total serviços) (%)
	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)	
1983	16,6	83,4	100,0	24,0
1984	17,8	82,2	100,0	24,8
1985	18,6	81,4	100,0	24,2
1986	19,8	80,2	100,0	23,1
1987	20,8	79,2	100,0	22,4
1988	21,6	78,4	100,0	22,1
1989	21,7	78,3	100,0	21,1
1990	20,7	79,3	100,0	21,9
1991	21,5	78,5	100,0	22,1
1992	23,1	76,9	100,0	21,7
1993	23,7	76,3	100,0	21,8
1994	24,2	75,8	100,0	22,3
1995	23,6	76,4	100,0	22,1
1996	23,8	76,2	100,0	21,8
1997	24,2	75,8	100,0	21,7
1998	23,8	76,2	100,0	21,7
1999	24,3	75,7	100,0	21,9

Fonte: PME/IBGE.

Ainda que predominantemente feminino, o setor de serviços pessoais – que engloba atividades ligadas a higiene pessoal, confecção e conserto de vestuário, serviços domésticos e outros serviços domiciliares e que reúne, em 1999, 22% de todos os trabalhadores empregados no setor de serviços (contra 24% em 1983) – viu aumentar relativa e absolutamente a participação masculina, que sobe de 16,6% em 1983 para 24,3% em 1999 no conjunto das seis áreas metropolitanas em estudo. Isso revela que um dos bastiões do emprego feminino de baixa

qualificação vem sendo disputado por trabalhadores homens. Logo, a suspeita de que os homens ao adentrarem o setor de serviços não tendem a reproduzir o padrão de distribuição por atividade tradicional, mas passam a crescer numericamente naqueles ramos fortemente dominados por mulheres e onde as atividades são ligadas a serviços de caráter pessoal, é uma suspeita que parece confirmar-se. Evidência empírica desta tendência é dada pelo Gráfico 11, onde se observa que de 1992 em diante – portanto, após o primeiro impacto do processo de reestruturação produtiva no setor manufatureiro, levando a um grande incremento do desemprego masculino metropolitano – a dinâmica de ingresso masculino no setor de serviços pessoais é bem mais importante que para as mulheres, cujo peso recua sensivelmente.

Gráfico 10
Evolução do nível de ocupação na atividade serviços pessoais por gênero (15-65 anos)



Fonte: PME/IBGE.

O ramo de atividade de maior mixidade é o de serviços de hotelaria e alimentação, onde vem convergindo a representação de cada sexo (45% de mulheres, contra 55% de homens em 1998).

Por fim, uma curiosidade a destacar é o comportamento do sub-setor de serviços comunitários que registrava um padrão de mixidade relativamente elevado: homens e mulheres aí estavam quase que igualmente representados ao longo dos anos 80. Porém, a partir da presente década, observa-se forte dispersão nas curvas de participação de cada sexo, em favor das mulheres que passam a

indicando claramente não haver comportamento evolutivo diferenciado por gênero. O mesmo não acontece com a indústria e os serviços, onde existe uma dinâmica diferente para cada sexo à medida que cresce a renda. Em outras palavras, os rendimentos de homens e mulheres, seja no terciário ou no secundário, não são afetados com igual intensidade, apesar de a variação relativa da renda ser idêntica para ambos. Podemos formular, então, a hipótese de que tal acontece por se tratar de setores onde existe uma forte dominância de um dos sexos na composição dos ocupados, com os homens dominando na indústria e as mulheres, nos serviços. Isso mostra um comportamento salarial nitidamente marcado pelo gênero nestes dois setores.

Quanto ao desemprego setorial, pode-se deduzir que sua intensidade varia na mesma proporção para todas as mulheres, qualquer que seja seu setor de ocupação (ocorre o inverso se tomarmos não o setor, mas o nível de escolaridade).

Sinteticamente, duas constatações fazem-se obrigatórias: a) o grau de escolaridade parece ter maior significância do que o setor de ocupação na explicação dos ritmos diferenciados de variação das taxas de desemprego; b) o inverso acontece em relação à renda, isto é, a amplitude maior da sua variação é uma característica setorial.

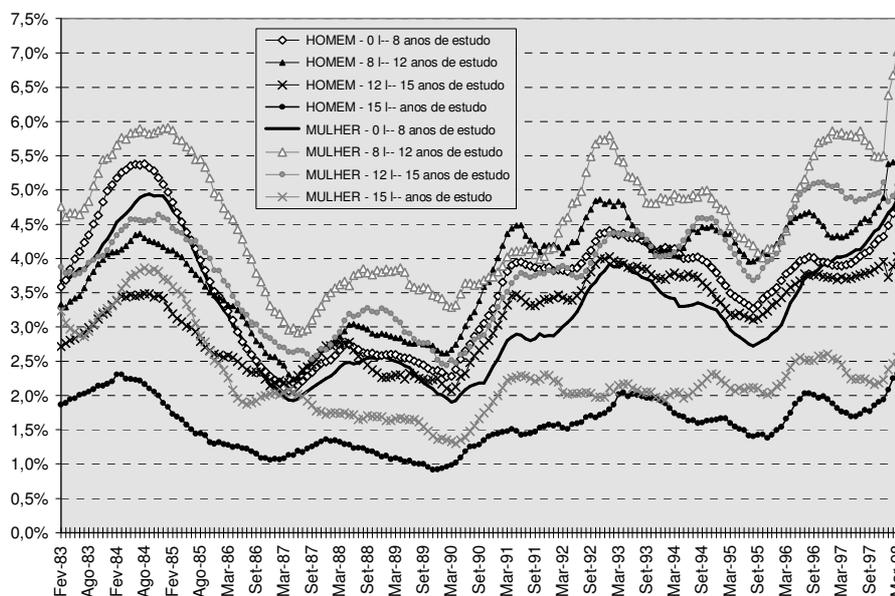
4. Desemprego e escolaridade

Sabemos que níveis mais elevados de educação formal permitem reduzir o risco de demissão. Taxas mais elevadas de desemprego são mais frequentes entre grupos menos escolarizados, tal como se depreende do Gráfico 10, onde agregamos ao recorte por sexo a dimensão grau de escolaridade. Os dados da PME para a população na faixa 25-65 anos indicam três períodos distintos: aumento das taxas de desemprego até finais de 1983, seguido por uma fase de forte declínio que se estende até a virada da década, quando então volta a recrudescer, notadamente após 1996. Essa tendência foi comum a todos os grupos de escolaridade e sexo, diferindo apenas na intensidade.

Observa-se que homens e mulheres com nível superior mantiveram, desde 1987 até final de 1995, taxas de desemprego não só baixas (entre 1 e 2%, respectivamente), mas relativamente constantes (caso mais específico das mulheres altamente instruídas). A primeira constatação que cabe fazer é que, por ocasião do pico do desemprego de 1992, as taxas elevam-se para todos os grupos, à exceção daqueles detentores de um diploma universitário, que parecem, se não imunes ao vendaval, extremamente protegidos (caso dos homens). Já no final do período, entretanto, quando volta a recrudescer o desemprego na virada 1995/96, após alguns anos de declínio, a quase imunidade cede lugar à resistência e os mais instruídos – e as mulheres, em particular – acusam o impacto de se terem tornado mais vulneráveis à nova onda de redução do emprego.

Muito mais instável foi a situação dos grupos menos escolarizados, cujas curvas oscilaram sobremaneira no período em análise, sobretudo no caso das mulheres com até 2º grau (completo ou incompleto). As mulheres com 1º grau incompleto, por exemplo, têm sofrido os maiores revezes. É sobre elas que mais recai o incremento do desemprego observado no agregado feminino, pois, ao contrário do que foi observado para os homens entre 1991 e 1997, a taxa de desemprego chega ao final do período em análise num patamar superior ao do início do período. Outra novidade é que esse grupo de mulheres com 1º grau incompleto passa a acusar no período mais recente trajetória superposta à dos desempregados do sexo masculino, com mesmo nível de escolaridade, atenuando especificidades de gênero em favor da prevalência do grau de educação formal na determinação da amplitude do desemprego. Aliás, essa convergência nas taxas de desemprego entre os sexos parece se verificar entre os mais (nível universitário) e os menos instruídos. Para esse subgrupo, o comportamento diante do desemprego se define muito mais em função da escolaridade, sendo crescentemente homogêneo do ponto de vista de gênero.

Gráfico 11
Evolução da taxa de desemprego por gênero e escolaridade –
Médias móveis (25-65 anos)



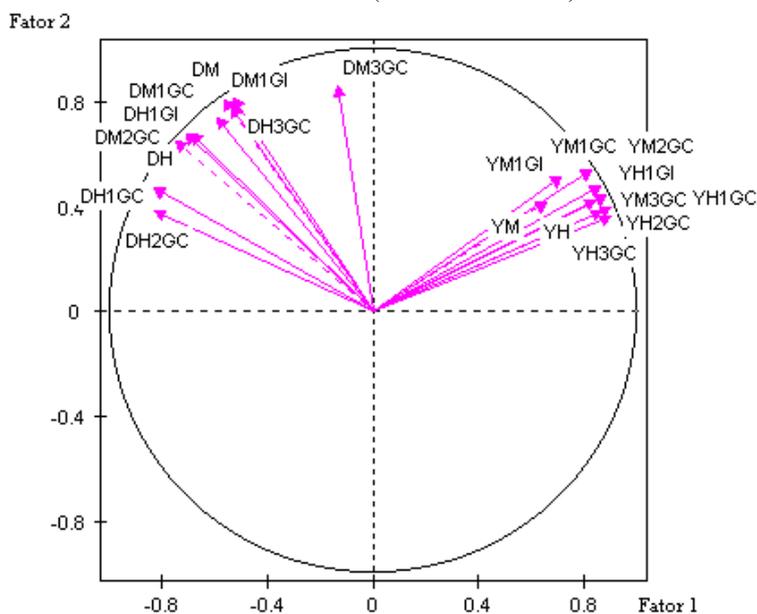
Nota: Os dados de desemprego são médias móveis (12 meses) incluindo dados até abril de 1998. Faixa etária de 25-65 anos.

Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas) – Elaboração IPEA/DIPES.

Este primeiro plano fatorial (fator 1 x fator 2) tem percentual elevado (91,10%) de explicação da variação original dos dados e mostra que a evolução das rendas padronizadas por nível de escolaridade é alta e positivamente correlacionada (ângulos entre as rendas próximos de 0°). Isso significa que a renda de homens e mulheres varia quase que na mesma proporção (coeficiente próximo de 1), qualquer que seja o nível de escolaridade. Logo, o aumento ou a retração do rendimento no trabalho no período (1982/98) analisado não afeta mais especificamente este ou aquele grupo (homens e/ou mulheres com 1º grau incompleto, 1º grau completo, 2º grau completo, ciclo universitário concluído). Os rebatimentos se dão de forma relativamente homogênea.

Como indica a Figura 4, a correlação entre renda e desemprego é quase nula (ângulo de 90°), confirmando que os fatores explicativos da evolução de um e outro são distintos, tanto para homens quanto para mulheres. Isso permite concluir que o aumento das taxas de desemprego não se dá como resposta a uma realidade de salários em alta no mercado de trabalho.

Figura 4
Primeiro plano fatorial para os dados de renda (Y) e taxa de desemprego (D) por gênero (H/M) e nível de escolaridade (1GI/1GC/2GC/3GC)



percentuais de explicação dos fatores (componentes principais):

fator 1: 56,80%

fator 2: 34,29%

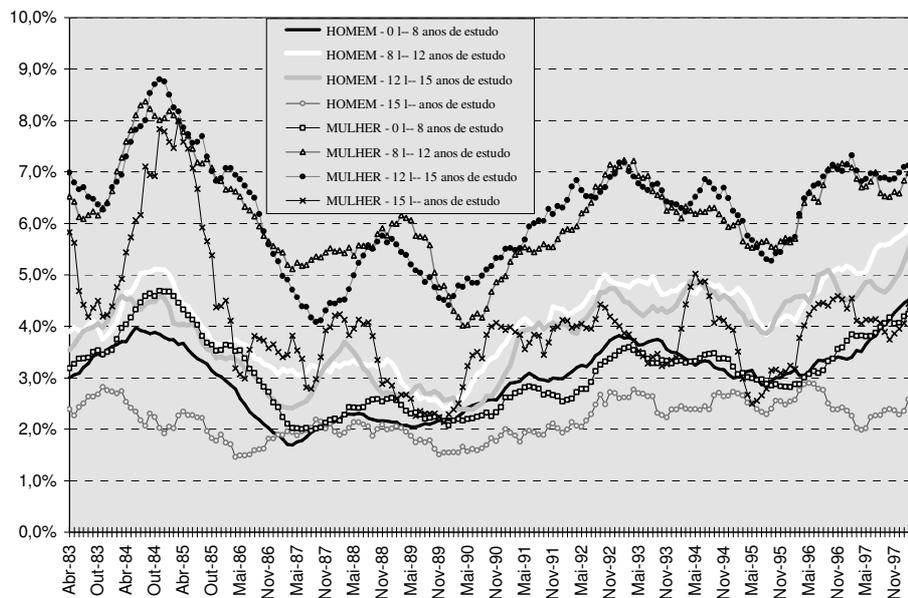
Obs.: As variáveis iniciadas com a letra D representam as séries de desemprego e as iniciadas com Y, as de renda.

Já o conjunto de dados de desemprego, ao contrário dos de renda, apresenta comportamento (direção) menos homogêneo, merecendo, em consequência, uma observação mais atenta. É o caso, notadamente, da evolução da taxa de desemprego das mulheres com 3º grau completo (DM3GC) e da taxa de desemprego dos homens com 1º e 2º graus completos (DH1GC, DH2GC). Estes são os grupos cuja dinâmica parece diferir dos demais.

5. Desemprego setorial por grau de escolaridade

Os Gráficos 12 e 13, relativos à evolução das taxas de desemprego nos setores de comércio e dos serviços, mostram que, em ambos os casos, o grupo mais protegido contra o desemprego é sempre o masculino com educação superior completa. Seja no comércio, seja nos serviços, a taxa de desemprego é equivalente e bastante uniforme no tempo, excetuando-se o último ano, quando ela se torna fortemente ascendente nos serviços. As tendências setoriais, entretanto, são bastante similares às observadas para o desemprego como um todo: à alta de 1992, afetando mais os grupos menos escolarizados, segue-se uma fase de retração do desemprego que volta a aumentar de meados de 1995 em diante.

Gráfico 12
Evolução da taxa de desemprego por gênero e escolaridade no setor comércio
– Médias móveis (25-65 anos)

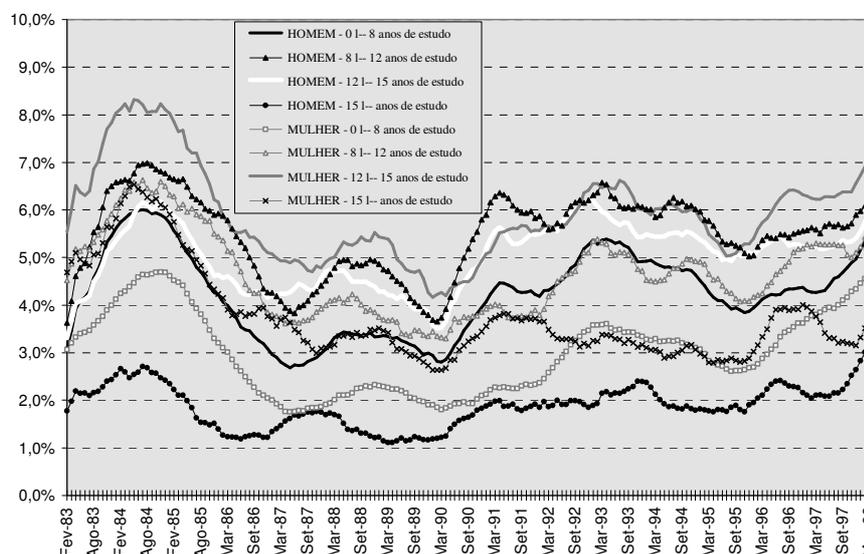


Nota: Os dados de desemprego são médias móveis (12 meses) incluindo dados até abril de 1998. Faixa etária de 25 – 65 anos.

Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas) – Elaboração IPEA/DIPES.

Conforme já demonstrado, no comércio, as mulheres com 1º e 2º graus completos revelam-se as mais vulneráveis à queda da oferta de postos de trabalho, apresentando taxas de desemprego elevadas ao longo das duas décadas, com chances mais reduzidas de sucesso na obtenção de emprego nesse setor (não se pode esquecer que as médias móveis significam dados dessazonalizados). Até finais de 1995, o comércio parecia mais aberto aos grupos menos escolarizados, sem distinção de sexo (com 1º grau incompleto), isso tendo mudado radicalmente nos últimos dois anos (1996 e 1997), provavelmente em razão da reestruturação do próprio setor que passa a demandar mão-de-obra mais qualificada (informatização do grande varejo, por exemplo, cujo impacto é mais explícito nas áreas metropolitanas que compõem a amostra da PME). Surpreende observar como oscila o comportamento das mulheres de nível superior nesse setor, portanto em situação mais difícil que a de seus congêneres do sexo masculino. Sua taxa de desemprego é o dobro da deles, e suas curvas têm sinais invertidos a partir de 1996, quando se observa justamente o descolamento das taxas de desemprego entre os sexos. Isso já ocorrera na recessão de 1982/83.

Gráfico 13
Evolução da taxa de desemprego por gênero e escolaridade no setor serviços –
Médias móveis (25-65 anos)



Nota: Os dados de desemprego são médias móveis (12 meses) incluindo dados até abril de 1998.
Faixa etária de 25 – 65 anos.

Fonte: PME/IBGE (Total das seis Regiões Metropolitanas) – Elaboração IPEA/DIPES.

Quanto aos desempregados do setor de serviços, os mais afetados são os grupos com nível de instrução intermediário de ambos os sexos. No que tange a dinâmica de gênero, há perda de espaço para as mulheres com 1º grau incompleto,

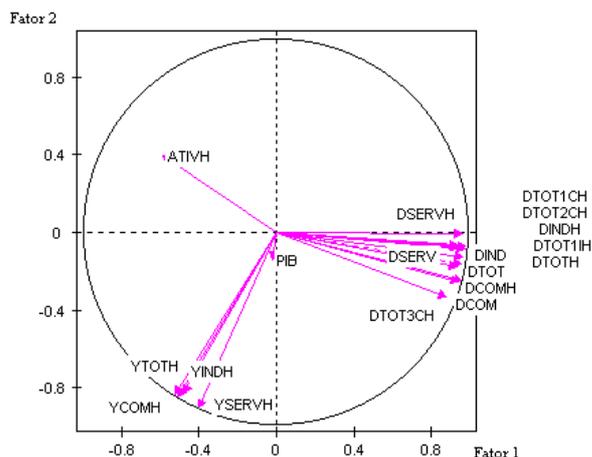
que muito se aproximam do patamar masculino de mesma escolaridade. Como tendência mais geral, deve-se salientar que as curvas de desemprego feminino no setor de serviços registram inflexão ascendente mais pronunciada de 1995 em diante (à exceção do pico de 1982/83), sinalizando maiores dificuldades de obtenção de um emprego para as mulheres nesse setor na fase mais recente. As mulheres de nível universitário pareciam escapar a essa tendência até meados de 1998, mas tampouco foram poupadas pela crise em curso.

6. Grupos de sexo em separado

Nesta seção limitamo-nos a uma análise por componentes principais seccionada por gênero. Duas conclusões de ordem mais geral merecem ser enfatizadas:

(1) enquanto a taxa de atividade feminina é relativamente indiferente à situação de desemprego, ocorre o inverso com a taxa de atividade masculina. Os homens tendem a sair do mercado de trabalho em momentos de acentuada elevação das taxas de desemprego. Já as mulheres continuam ingressando na atividade, desconsiderando a conjuntura (Fatorial 5).¹⁶

Figura 5
Primeiro plano fatorial para os dados de renda (Y), PIB, taxa de atividade (ATIV) e taxa de desemprego (D) por nível de escolaridade (1GI/1GC/2GC/3GC) e setor de atividade (IND/COM/SERV) dos homens

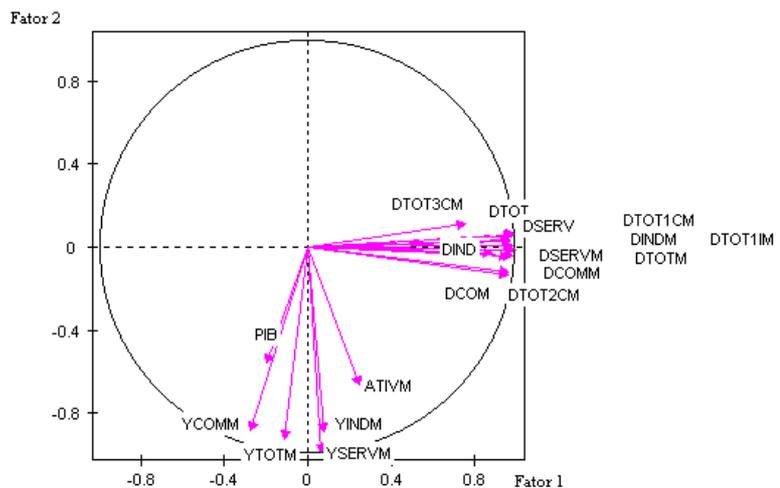


percentuais de explicação dos fatores (componentes principais):
fator 1: 65,25%
fator 2: 19,95%

(16) Evidentemente, caberia indagar quais são as características desses homens que passam à inatividade quando a disputa por postos de trabalho torna-se mais acirrada (posto que não se trata de um comportamento geral).

(2) o que estaria explicando essa persistência feminina vis-à-vis a atividade? (Figura 6) Aparentemente, tal estímulo é dado pela tendência de redução dos diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres. A taxa de atividade feminina mantém-se fortemente correlacionada com o nível salarial. Já a taxa de atividade masculina tem correlação nula com a renda. Pode-se, então, formular a suspeita de que as mulheres têm motivações mais explícitas e inequívocas de cunho econômico para ingressar no mercado de trabalho, seja a conjuntura favorável ou desfavorável. Com os homens isso parece não acontecer de forma tão clara.

Figura 6
Primeiro plano fatorial para os dados de renda (Y), PIB, taxa de atividade (ATIV) e taxa de desemprego (D) por nível de escolaridade (1GI/1GC/2GC/3GC) e setor de atividade (IND/COM/SERV) das mulheres



percentuais de explicação dos fatores (componentes principais):
 fator 1: 59,39%
 fator 2: 24,76%

Breves conclusões

As características do desemprego feminino e sua trajetória nas áreas metropolitanas nas duas últimas décadas podem ser, assim, resumidas:

- taxas em elevação no final da década, quando novamente passam a sobrepujar as masculinas;
- componente sazonal bem mais acentuado do que para os homens;

– correlação positiva entre taxa de desemprego e taxa de atividade femininas, que continua aumentando sistematicamente e, portanto, deve continuar pressionando o desemprego;

– a taxa de desemprego feminina parece aumentar mais recentemente em decorrência da disputa crescente entre os sexos por postos de trabalho no setor de serviços. Logo, desemprego feminino é reflexo de maiores oportunidades de emprego para homens em setores tradicionalmente favoráveis às mulheres;

– do ponto de vista setorial, taxas de desemprego mais elevadas manifestam-se no comércio e na indústria, mas aumentam mais rapidamente no setor de serviços (passa de 2,6% em junho de 1989 para 7% em junho de 1998, sendo respectivamente de 3% e 6,8% para os homens) que foi tradicionalmente um dos mais abertos ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho e à geração de empregos *tout court*;

– afeta sobremaneira as mulheres com nível de instrução intermediário (1º grau completo e 2º grau), cujas taxas praticamente dobram em relação às altamente escolarizadas (superior) e às sem nenhum nível de escolaridade formal. Assim estão mais protegidas de altos níveis de desemprego as mulheres nas pontas do ensino;

– o grupo feminino mais poupado pelo desemprego ao longo da última década constitui-se das mulheres com nível superior, embora estejam se tornando de 1996 para cá mais vulneráveis. O comportamento evolutivo da taxa de desemprego das mulheres com 3º grau completo já foi destacado por apresentar patamar baixo em relação aos demais grupos de escolaridade e um comportamento relativamente mais estável na sua evolução. Percebemos que a principal razão da oscilação em suas taxas de desemprego, diferentemente das demais, é a flutuação no nível de atividade econômica (PIB), com a qual apresenta correlação negativa.

– foi possível constatar, mais uma vez, que as mulheres são mais sensíveis às variações do PIB que os homens, independentemente do setor de ocupação (isso sugere haver uma distribuição bem equilibrada das mulheres com 3º grau em todos os setores). Logo, quer se tome o setor de ocupação ou o grau de escolaridade, é sempre o grupo feminino o mais tributário das variações do PIB (em direção oposta);

– não há sinais de reversão dos rumos das taxas de desemprego no curto prazo.

Outra constatação importante é que há uma disputa evidente pelas vagas ofertadas entre homens e mulheres, o que é evidenciado através da correlação negativa entre as taxas de atividade de mulheres e homens.

Lena Lavinas é professora da UFRJ, cedida como técnica ao IPEA, Marcelo Rubens do Amaral é estatístico do IPEA/DIPES e Flávio Barros é estagiário do IPEA/DIPES.

Referências bibliográficas

BOLETIM DO MERCADO DE TRABALHO – Análise e Conjuntura. [s.l.]: MTb/IPEA, ano 2, n. 6, out. 1997.

LAVINAS, L. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, v. 40, n. 1, 1997.

Resumo

Esse artigo, de natureza fortemente empírica, tem por finalidade evidenciar como evoluiu o desemprego feminino nas áreas metropolitanas, entre 1982 e 1998, utilizando como base de dados (mensal) a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Seu maior interesse reside na desagregação dos microdados segundo nível de escolaridade, cruzando setores de ocupação e grau da atividade econômica (PIB). Dentre algumas das características do desemprego feminino apontadas neste trabalho cabe citar sua forte elevação no final desta década de 90, quando passa a sobrepujar a taxa de desemprego masculina, afetando sobremaneira as mulheres com nível de instrução intermediário, com impacto crescente no setor de serviços. O desemprego feminino é ainda mais sensível às variações do PIB que o masculino. Uma constatação interessante é a crescente disputa entre homens e mulheres pelas vagas ofertadas, o que é evidenciado pela correlação negativa entre taxas de atividade femininas e masculinas.

Palavras-chave: Trabalho feminino; Mulheres – Desemprego; Regiões metropolitanas – Brasil.

Abstract

This paper discusses the evolution of the feminine unemployment in the main Brazilian metropolitan areas between 1982 and 1998. The approach is highly empirical, based on microeconomic data extracted from the monthly employment survey conducted by IBGE, the Brazilian Institute of Geography and Statistics. Its focus is on the effects of economic growth and of the association of schooling and sector of occupation. The main conclusions are that feminine unemployment increased substantially towards the end of the 90's, at a larger rate than that of masculine unemployment, and affected women of intermediate schooling level more strongly, specially those employed in the services sector. It is also shown that feminine unemployment is more sensitive to the slowdown of economic activity than masculine unemployment. Finally, a negative correlation between the rates of participation in the labor force of men and women was also uncovered, which signals a strengthening of the gender dispute for the available work offers.

Key words: Female unemployment; Metropolitan regions – Brazil; Female income.